

Editorial

Neste número da Revista *Práxis Educativa*, publicamos um conjunto de artigos que enfocam estudos teóricos e epistemológicos sobre política educacional, recebidos e avaliados pela equipe editorial e pareceristas *ad hoc*, após a publicação de uma chamada para artigos que abordassem as questões referidas.

A publicação deste dossiê está estreitamente relacionada às pesquisas e discussões que constituem o foco da *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* - ReLePe, criada por iniciativa de pesquisadores de universidades argentinas (UNTREF, UNSAN e UNLP) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Desde a sua criação, no ano de 2010, por iniciativa de pesquisadores das universidades mencionadas, a ReLePe tem conseguido agregar pesquisadores do campo das políticas educacionais de diferentes países, interessados em estudos teóricos e epistemológicos da política educacional. Uma das ações da ReLePe tem sido o desenvolvimento de pesquisas e publicações bem como a realização do evento *Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa*. A primeira edição foi realizada na Argentina, em 2012, e a segunda, no Brasil, em Curitiba, Paraná, em 2014.

No âmbito das produções da ReLePe, indicadas na Biblioteca Temática (www.relepe.org), alguns textos, de certo modo, foram fundamentais para a discussão dos estudos epistemológicos e teóricos da política educacional, tais como Tello (2012), Tello e Mainardes (2012), Tello (2013), entre outros. A partir desses textos, iniciou-se uma reflexão que continua até a atualidade, acompanhando a ReLePe nos diversos eixos temáticos que constituem seu o objeto de estudo: 1 - Problemas e limitações no desenvolvimento da pesquisa sobre política educacional; 2 - Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da política educacional; 3 - Metodologias para a análise e pesquisa de políticas educacionais; 4 - História do campo da política educacional; 5 - Investigação analítica de autores referentes da política educacional; 6 - Produção de conhecimento e tomada de decisões em uma perspectiva epistemológica; e 7 - Epistemologia, política educacional e realidade latino-americana.

Neste editorial, desejamos revisitar alguns conceitos e categorias que têm sido desenvolvidos nos estudos epistemológicos e teóricos da política educacional. Nos trabalhos citados, particularmente em Tello e Mainardes (2012), analisamos 118 artigos do campo da política educacional de periódicos indexados no portal *Redalyc* (Red de Revistas Científicas de América Latina), de autores provenientes da Argentina, Brasil, México, Chile, Colômbia e Venezuela. Uma das características das produções do campo da política educacional, nos países

citados, é o emprego de ideias de autores de referência¹, os quais, em alguns casos, são tomados mais como uma metodologia, sem a devida consideração e reflexão sobre os fundamentos epistemológicos e ontológicos apresentados por esses estudiosos.

Outra carência observada no levantamento realizado reside na ausência de explicitação do posicionamento epistemológico do pesquisador e, em alguns casos, o emprego de matrizes epistemológicas que acabam gerando pesquisas com pouca consistência teórica em sua análise e resultados. Desse modo, surge a preocupação com a ausência de posicionamentos epistemológicos explícitos em pesquisas recentes do campo, conforme temos problematizado em outros textos (TELLO, 2012, 2013; MAINARDES, 2009).

No contexto da discussão sobre os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa sobre políticas educacionais, foi desenvolvida a categoria “posicionamento epistemológico” cuja ideia básica é a de que o desenvolvimento de uma pesquisa repousa sobre uma certa visão de mundo e, assim, assume, inevitavelmente, uma perspectiva epistemológica. Nessa linha de argumentação, apresentamos as perspectivas epistemológicas para repensar os modos de construção e desenvolvimento de uma pesquisa, a partir dos referenciais teóricos utilizados nos artigos, levando em consideração que esses referenciais fundamentam-se em pressupostos e posições ontológicas e epistemológicas. Nesse sentido, os fundamentos teóricos dos autores de referência, por meio de categorias e conceptualizações, conservam a coerência da matriz epistemológica com a qual desenvolvem suas indagações e análises sobre política educacional e, por isso, precisam ser levados em consideração pelos pesquisadores do campo. No entanto, é importante ressaltar que o emprego de referenciais teóricos, além de ser feito de forma reflexiva, pode ser feito de modo a buscar articular conceitos e ideias de matrizes epistemológicas distintas. Isso requer explicitar e conjugar teoricamente os conceitos e/ou vinculações entre perspectivas, quiçá com maior esforço e precisão de que quando os pesquisadores assumem uma única perspectiva epistemológica para o desenvolvimento de sua pesquisa. Também devemos considerar que, em muitas ocasiões, o pesquisador não explicita a sua perspectiva epistemológica porque considera que o seu posicionamento está claro ou que compete ao leitor ou avaliador (no caso de dissertações, teses, artigos) identificá-la e analisar se a formulação é coerente ou não. Tal atitude pode levar o pesquisador a vincular matrizes epistemológicas opostas ou distantes entre si.

Reitera-se, então, a necessidade de se fazer distinção entre perspectiva epistemológica pluralista e ecletismo, uma vez que, ao desenvolver e formular

¹ Entre os principais autores de referência dos artigos analisados, identificamos: Stephen J. Ball, Roger Dale, Rolland Paulston, Peter McLaren, Tomaz Tadeu da Silva, Christian Baudelot y Roger Establet, Henry Giroux, Michael Apple, Pierre Bourdieu, Thomas Popkewitz, Basil Bernstein

uma perspectiva pluralista, os pesquisadores precisam tomar componentes de matrizes epistemológicas que de algum modo estejam vinculadas entre si. Nesse caso, ocorre o que temos denominado de “vinculação coerente”. (TELLO, 2010). Quando não ocorre uma vinculação epistemológica coerente, temos um “ecletismo epistemológico”, ou seja, um modo incoerente e inconsistente na construção da perspectiva e, em consequência, do próprio modo de se desenvolver a pesquisa.

O enfoque das epistemologias da política educacional (EEPE) é um dos modos possíveis de abordar a análise do campo da pesquisa em política educacional, como tem sido desenvolvido em diversos trabalhos (e.g. TELLO, 2012). O EEPE pode ser empregado como um enfoque facilitador para o pesquisador de política educacional, como vigilância epistemológica (BOURDIEU et al., 2007) e para a realização de estudos meta-analíticos, entendidos como a análise da produção e da publicação desse campo, por meio de técnicas sistemáticas adequadas. Assim, o primeiro enfoque vincula-se ao exercício da “vigilância epistemológica (BOURDIEU et al., 2007) sobre os próprios processos de investigação, contribuindo para tornar explícito o posicionamento epistemológico do investigador de política educacional.

O EEPE é considerado como um enfoque que oferece aos investigadores um esquema analítico para a análise da produção do campo. Argumentamos que enfoque não deve ser entendido como um instrumento prescritivo para “saber” como se deve investigar em política educacional. Pelo contrário, é um esquema flexível que objetiva promover, através de seus componentes, a reflexividade sobre os processos de investigação no campo da política educacional. O EEPE e as reflexões dele decorrentes contribuem para a compreensão da pesquisa do campo e para o seu fortalecimento; por outro lado, dão lugar ao surgimento do campo dos estudos epistemológicos da política educacional que vem se desenvolvendo através da *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe).

O EEPE se constitui a partir de três componentes: a perspectiva epistemológica, o posicionamento epistemológico e o enfoque epistemológico. Entendemos por perspectiva epistemológica, no campo das pesquisas de políticas educacionais, a cosmovisão que o pesquisador emprega para orientar a sua pesquisa, ou seja, uma teoria geral, nos termos de Glaser e Strauss (1967). O posicionamento epistemológico decorre da própria perspectiva epistemológica que deveria resultar em uma investigação coerente e consistente. O posicionamento epistemológico é a teoria substantiva (GLASER; STRAUSS, 1967), vinculada particularmente ao campo de estudo, a qual possui uma relação direta com o conteúdo empírico e teórico dos dados da pesquisa, representando o eixo central da categoria epistemológica da política educacional, uma vez que é aqui que entra

em jogo a presença da visão de mundo do pesquisador. Não é apenas uma forma de ler a realidade, mas de construí-la em termos de reflexividade epistemológica, o que acaba se convertendo no posicionamento político do pesquisador. O enfoque epistemológico, por sua vez, é o modo pelo qual se constrói epistemologicamente a investigação a partir de uma determinada perspectiva epistemológica e posicionamento epistemológico. Nenhuma metodologia é neutra e, por isso, a explicitação da perspectiva epistemológica é importante.

Para uma correta interpretação do EEPE devemos considerar que não se propõe uma forma de desenvolver pesquisa ou construir projetos de investigação. Do mesmo modo, seria errônea a interpretação de que os componentes devem, necessariamente, constar em um projeto ou nos resultados de uma pesquisa. O que temos considerado é que o EEPE oferece elementos potentes e promissores para o campo da política educacional, uma vez que eles destacam a importância da explicitação da perspectiva epistemológica, posicionamento epistemológico e enfoque epistemológico. Na avaliação dos artigos para o dossiê, buscamos valorizar aqueles que apresentavam interfaces com as questões relacionadas ao EEPE.

Hugo Zemelman (2003) assinala que a realidade que enfrentamos, a realidade sócio-histórica, possui múltiplos significados, não se configurando como “uma realidade clara, inequívoca, com uma significação cristalina” que pode ser “simplesmente abordada” (p. 1). No cenário recente da análise de políticas educacionais, observa-se que os marcos de conhecimento estão perdendo a clareza e estão surgindo numerosas linhas de pensamento, de modo que as fronteiras tradicionais de conhecimento que eram vistas como estáveis estão sendo questionadas. Um número crescente de autores considera que as orientações fundacionais do conhecimento, sejam positivistas, interpretativas ou marxistas, apresentam-se incompletas e problemáticas. Por exemplo, Húsen (1990) admite a incapacidade de um único paradigma para responder a todas as perguntas. Em outras palavras, um paradigma, por definição, exclui aspectos que considera irrelevantes. Esta situação está configurando um cenário epistemológico caracterizado por uma heterogeneidade emergente (PAULSTON, 1995). O próprio Kuhn coloca que os paradigmas são totalmente relativos, uma vez que estão condicionados e, por sua vez, condicionam o contexto cultural e acadêmico da investigação e que, de algum modo, não existe “teoria” que esteja acima dos paradigmas. Isso traz aos pesquisadores do campo da política educacional um grande desafio, representado nos seguintes questionamentos: quais são as flexibilidades epistemológicas para desenvolver marcos teóricos que nos permitem compreender a realidade? Como estamos pensando o marxismo, o pós-estruturalismo ou o pluralismo para compreender as políticas educacionais? São questões complexas e que demandam pesquisas contínuas, reflexões e

debates. Os artigos deste dossiê, de diferentes modos, buscam contribuir para uma aproximação das questões mencionadas.

O primeiro artigo, de Guy Burton, apresenta uma teorização sobre o Estado e a globalização nas políticas educacionais. O autor apresenta dois principais processos de formulação de políticas: o processo sistemático e racional e a versão cumulativa (gradual/incremental). Este último processo é percebido como um modelo mais realista e representativo por fazer uso de perspectivas específicas relacionadas à natureza e ao papel do Estado no atual mundo globalizado. Com base nos livros *Theories of the State* (Dunleavy e O' Leary, 1987) e *Theories of the Democratic State* (Dryzek e Dunleavy, 2009), quatro teorias principais são identificadas - a pluralista/neopluralista, a marxista, a elitista e a nova direita/mercado liberal - e três perspectivas de globalização são analisadas: a neoliberal, a radical e transformacionista. Segundo o autor, a perspectiva transformacionista oferece *insights* sobre o impacto variado da globalização no processo de formulação de políticas e seus resultados. O ensaio termina com um apelo para futuras pesquisas reconhecerem a natureza complexa da formulação de políticas, utilizando, dessa forma, uma análise mais diversificada.

O artigo de Elione Maria Nogueira Diógenes apresenta as bases epistemológicas do campo teórico das políticas públicas de educação, situando e contextualizando, historicamente, seu desenvolvimento. O texto introduz uma reflexão sobre a influência dos paradigmas dominantes das Ciências Sociais que fundamentam os estudos nessa área e, também, reconstrói os itinerários históricos da temática a partir do comparecimento do Estado educador na formulação e na implementação das políticas públicas de educação no Brasil.

Ângelo Ricardo de Souza analisa 215 trabalhos aprovados/apresentados nas sessões anuais do Grupo de Trabalho 5 (Estado e Política Educacional) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), entre 2000 e 2011. O autor focaliza os temas e objetos de estudo, com o intuito de mapear o que os pesquisadores do campo têm priorizado em suas investigações. Além disso, discute as formas como os pesquisadores têm lidado com tais objetos. As conclusões mostram que a pesquisa em políticas educacionais no Brasil toma predominantemente a (não) ação do Estado diante das demandas da população por educação na conjuntura atual e, a partir disto, evidenciam um conjunto de desafios postos para o campo de pesquisa.

No artigo intitulado “Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações”, Isabel Melero Bello, Márcia Aparecida Jacomini e Maria Angélica Pedra Minhoto apresentam uma análise sobre a produção da Pós-Graduação brasileira na área de políticas educacionais. Para tanto, foram coletadas informações de 1.305 teses e dissertações no Banco de Teses da CAPES produzidas no período 2000-2010.

Lindomar Wessler Boneti resgata o desenvolvimento histórico da posição positivista como fundamento epistemológico clássico da institucionalização das políticas educacionais no que se refere à implementação da ação educativa, com foco especial ao conjunto de regras, de normas e de valores que regem o fazer da escola. Argumenta-se que esses fundamentos constituem-se a partir de dois movimentos interligados: construção histórica dos fundamentos epistemológicos da ciência e do Estado Moderno que, com o novo modo de produção, o capitalismo, dá origem ao segundo: movimento burguês de distinção de classe com base no estilo de vida. Assim, a partir da “Razão Moderna”, delineou-se o que se pode considerar como um “modelo de civilidade”, passando a se constituir o fundamento epistemológico e a meta de realização da institucionalização das políticas educacionais e da atividade escolar na contemporaneidade.

Giselle Abreu de Oliveira e Gabriel Humberto M. Palafox discutem aspectos relacionados à construção de pesquisas sobre políticas educacionais, tendo como ponto de partida três categorias de Tello (2012): perspectiva epistemológica, posicionamento epistemológico e enfoque epistemológico. Os autores buscam compreender a natureza epistemológica de tais abordagens, bem como suas possibilidades e limitações para o processo de produção do conhecimento científico, além de contribuir para a consolidação do campo de estudos sobre políticas educacionais.

No artigo “Por uma concepção materialista de política educacional: contribuições de Antonio Gramsci”, Fabiano Antonio dos Santos, busca explicitar, por meio do materialismo histórico-dialético, o papel das políticas educacionais como estratégia para a construção da vontade coletiva, conceito desenvolvido por Gramsci, que traduz a organização social dos grupos subalternos na luta pela produção de uma contra-hegemonia. O autor argumenta sobre a necessidade de as pesquisas em política educacional tomarem posicionamentos mais evidentes quanto às concepções epistemológicas adotadas, evitando, assim, um olhar neutro e desvinculado da prática social. Apresenta, ainda, o debate sobre a ontopositividade e ontonegatividade da política e as possíveis implicações para a melhor compreensão do seu papel.

Julieta Susana Garcias Franco caracteriza e descreve as tendências teóricas dos programas das disciplinas de Política Educacional na década de 1950 nas universidades nacionais de Buenos Aires e de La Plata. A autora analisou 46 programas do período 1917-1959, a partir dos quais foram analisadas as bibliografias e os respectivos fundamentos teóricos ligados aos professores responsáveis pela disciplina. Recorrendo a dados biográficos dos professores, observou-se que, no período anterior à institucionalização do campo, o debate se centrava nas tendências teóricas do positivismo ou anti-positivismo. Posteriormente, isso levou a tendências teóricas que emergiram com matizes distintas de positivismo

e anti-positivismo do início do século e que se entrecruzam nos programas desde 1953 a 1954, particularmente em três eixos: a tradição nacional, o progressismo pedagógico e o krausismo espanhol.

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani e Jarbas Dametto problematizam a produção da “verdade” no âmbito das políticas educacionais e indagam sobre os locais de produção e a legitimidade do discurso educacional. Para tanto, recorrem a uma pesquisa empírica realizada em um conjunto de colunas de opinião veiculadas nos últimos anos, cujo foco temático centrou-se em políticas educacionais. Concluíram que os discursos pronunciados sobre políticas educacionais carecem de um marco situacional que permita localizar o enunciador e suas circunstâncias, identificando, sobretudo, a origem e as intenções dos discursos extra-acadêmicos que têm participado, acentuadamente, das decisões políticas.

Viviane Gualter Peixoto da Cunha e Maria Inês Marcondes discutem o desenvolvimento da análise crítica das políticas educacionais, concentrando-se nas contribuições teórico-analíticas da perspectiva *pós-estruturalista* de Stephen Ball e sua procedência e articulação com o conceito de *recontextualização do discurso* de Basil Bernstein para a captação do surgimento e desenvolvimento dos discursos de políticas educacionais ao longo do tempo. Com base nesses referenciais, apresentam uma pesquisa sobre a trajetória de 14 anos da política de organização da escolaridade em ciclos, em uma rede municipal do estado do Rio de Janeiro, na qual analisam o processo de recontextualização do seu discurso nos textos oficiais. Essas abordagens foram relevantes à medida que permitiram compreender a política inserida em processos de disputa por significados, portanto, instável e suscetível a variadas finalidades, como demonstram os discursos analisados.

Dirléia Fanfa Sarmento e Cledes Antonio Casagrande analisam os processos constitutivos das políticas educacionais municipais, enfatizando as contribuições da pesquisa-ação colaborativa nesses processos como postura que alimenta o compromisso político, o pensamento crítico e as relações cooperativas para a constituição de comunidades de aprendizagem. O artigo articula as reflexões oriundas de uma postura meta-analítica do próprio processo investigativo com a constituição das políticas educacionais em tela, tendo como protagonistas os profissionais da educação que atuam na Secretaria de Educação.

Por fim, Silvana Stremel apresenta um levantamento bibliográfico de publicações de natureza teórica e epistemológica sobre políticas educacionais, com o objetivo de expandir a biblioteca temática da ReLePe, de acordo com os sete eixos temáticos dessa rede.

Referências

- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GLASSER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. Nueva York: Aldine, 1967.
- HUSÉN, T. Research paradigms in Education. In: HUSÉN, T. (Ed.). **Education and the global concern**. Oxford: Pergamon Press, 1990.
- KUHN, T. S. **Segundos pensamientos sobre paradigmas**. Madrid: Tecnos, 1978.
- MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.
- PAULSTON, R. G. Mapping knowledge perspectives in studies of educational change. In: COOKSON, P. W.; SCHNEIDER, B. (Eds.). **Transforming schools: trend, dilemmas y prospects**. Garland: New York, 1995. p. 137-179.
- TELLO, C. Política educativa y fraternidad en América Latina: notas epistemológicas. In: BARRENECHE, O. (Coord.). **Estudios sobre fraternidad**. Buenos Aires: Editorial Ciudad Nueva, 2010. p. 187-201. (Serie Política y Sociedad).
- TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012. DOI: 10.5212/PraxEduc.v7i1.0003
- TELLO, C. (Coord. y Comp.). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas pos-estructuralista, neo-marxista y pluralista. **Revista Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 9, p. 1-31, mar. 2012.
- ZEMELMAN, H. **Conocimiento y Ciencias Sociales**. Algunas lecciones sobre problemas epistemológicos. México, 2003.

César Tello
Jefferson Mainardes
Editores convidados